



Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF 12.802.835/0001-44

Inscrição Estadual 20.240.976-7

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A

Fazenda Progresso, RN 120, Zona Rural,

Parazinho - RN

CEP 59586-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2016

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balanços Patrimoniais	6
Demonstrações de Resultados	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1 Contexto Operacional.....	10
2 Base de Preparação.....	10
3 Principais Políticas Contábeis	12
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	17
5 Clientes	18
6 Títulos e Valores Mobiliários	18
7 Imobilizado.....	18
8 Transações com Partes Relacionadas	19
9 Fornecedores	19
10 Debêntures	20
11 Capital Social	21
12 Receita Operacional Líquida	21
13 Custos e Despesas Operacionais	21
14 Resultado Financeiro	22
15 Imposto de Renda e Contribuição Social.....	22
16 Instrumentos Financeiros	23
17 Demandas Judiciais	26
18 Seguros	26
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	27
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO	30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AOS ACIONISTAS

A administração da Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A. (Asa Branca III ou Companhia), Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2011, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A Asa Branca III, localizada no Município de Parazinho, no Estado do Rio Grande do Norte, sagrou-se vencedora no 2º Leilão de Energia Proveniente de Fonte Alternativas de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 26.08.2010, conforme o Edital de Leilão nº 07/2010-Aneel.

A energia de Asa Branca III foi comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEARs, por 20 anos a partir de 1º.03.2015, ao preço médio de R\$ 135,40/MWh, data-base abril de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA.

As unidades geradoras de Asa Branca III entraram em operação comercial em 04.09.2015, conforme disposto no Despacho Aneel nº 2.990, de 03.09.2015.

Complexo Eólico	Leilão ¹	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWméd)	Geração (GWh)	Preço ²	Vencimento da Autorização
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	2º LFA (26/08/2010)	27,0	12,5	121,1	207,77	30.05.2046

¹LFA - Leilão de Fontes Alternativas/ LER - Leilão de Energia de Reserva.

² Preço atualizado até dezembro/2016.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2015	2014	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	151.673	138.655	9,4
Caixa e equivalentes de caixa	14.397	3.748	284,1
Dívida total	62.607	50.408	24,2
Dívida líquida	48.210	46.660	3,3
Receita operacional bruta	19.431	22.923	(15,2)
Deduções da receita	709	837	(15,3)
Receita operacional líquida	18.722	22.086	(15,2)
Custos e despesas operacionais	10.179	23.194	(56,1)
Resultado das atividades	8.543	(1.108)	(871,0)
EBITDA ou LAJIDA	14.034	724	1.838,4
Resultado financeiro	(5.997)	(2.249)	166,7
IRPJ/CSLL	1.022	873	17,1
Lucro operacional	2.546	(3.357)	(175,8)
Lucro líquido/prejuízo do exercício	1.524	(4.230)	(136,0)
Patrimônio líquido	64.488	64.832	(0,5)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	0,8	0,1	479,5
Liquidez geral (índice)	0,3	0,1	132,3
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	75,0	3,3	2.186,7
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	97,1	77,8	24,9
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	13,6	(15,2)	(189,5)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	8,1	(19,2)	(142,5)
Participação de capital de terceiros (%)	57,5	53,2	8,0
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	2,4	(55,2)	(104,3)

⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 12 de abril de 2017.

Pedro dos Santos Lima Guerra

Diretor Presidente

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente LUÍS GUSTAVO SOCHER
Membros ELOIR JOAKINSON JUNIOR
PEDRO DOS SANTOS LIMA GUERRA

CONSELHO FISCAL

Presidente JOÃO ALBERTO DA SILVA
Membros DEONILSON ROLDO
LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA

DIRETORIA

Diretor Presidente PEDRO DOS SANTOS LIMA GUERRA
Diretor de Gestão JAMAR ROSSONI CLIVATTI
Diretor de Finanças EVANDRO JORGE DOMINSKI

CONTADOR

CRC-PR-048673/O-6 ADEMILSON RODRIGUES DOS SANTOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.397	3.748
Clientes	5	6.685	4.336
Adiantamento a fornecedores		1.669	1.662
Imposto de renda e contribuição social		172	2
Outros tributos a recuperar		79	9
Despesas antecipadas		-	-
		23.002	9.757
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	3.140	-
Partes relacionadas	8	630	-
		3.770	-
Imobilizado	7	124.901	128.898
		128.671	128.898
TOTAL DO ATIVO		151.673	138.655

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	8	3.733	1.612
Fornecedores	9	17.440	17.471
Imposto de renda e contribuição social		87	284
Outras obrigações fiscais		168	244
Debêntures	10	4.253	50.408
Dividendos a pagar	8	76	76
Outras contas a pagar		2.759	1
		28.516	70.096
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	8	6	3.654
Imposto de renda e contribuição social diferidos		251	15
Debêntures		58.354	-
Outras contas a pagar		58	58
		58.669	3.727
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11	66.474	68.342
Prejuízos acumulados		(1.986)	(3.510)
		64.488	64.832
TOTAL DO PASSIVO		151.673	138.655

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	18.722	22.086
Custos Operacionais	13	(7.638)	(20.811)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		11.084	1.275
Despesas Operacionais	13		
Despesas gerais e administrativas		(2.458)	(2.383)
Outras receitas (despesas), líquidas		(83)	-
		(2.541)	(2.383)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		8.543	(1.108)
Resultado Financeiro	14		
Receitas financeiras		1.806	681
Despesas financeiras		(7.803)	(2.930)
		(5.997)	(2.249)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		2.546	(3.357)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15		
Imposto de renda e contribuição social		(786)	(1.134)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(236)	261
		(1.022)	(873)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		1.524	(4.230)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
em milhares de reais

	31.12.2016	31.12.2015
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	1.524	(4.230)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.524	(4.230)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

em milhares de reais

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	6.948	-	39	681	-	7.668
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	61.394	-	-	-	61.394
Aumento de capital	61.394	(61.394)	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(4.230)	(4.230)
Absorção de prejuízo	-	-	(39)	(681)	720	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	68.342	-	-	-	(3.510)	64.832
Redução de capital	(1.868)	-	-	-	-	(1.868)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.524	1.524
Saldo em 31 de dezembro de 2015	66.474	-	-	-	(1.986)	64.488

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		1.524	(4.230)
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) do exercício com a geração (utilização) de caixa das atividades operacionais			
Variações monetárias de debêntures	10.1	7.633	7.199
Imposto de renda e contribuição social	15	786	1.134
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	236	(261)
Depreciação e amortização	7	5.491	1.832
		15.670	5.674
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(2.349)	(4.336)
Outros créditos		(7)	-
Imposto de renda e contribuição social		(170)	103
Outros tributos a recuperar		(70)	-
Despesas antecipadas		-	21
		(2.596)	(4.212)
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		253	-
Fornecedores		(31)	4.886
Outras obrigações fiscais		(76)	(39)
Outras contas a pagar		2.758	1
		2.904	4.848
Imposto de renda e contribuição social pagos		(983)	(850)
Encargos de debêntures pagos	10.1	(8.869)	(9.912)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		6.126	(4.452)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(3.140)	-
Créditos concedidos a partes relacionadas		(630)	-
Aquisições de imobilizado	8	(1.494)	(62.352)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(5.264)	(62.352)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos de debêntures emitidas	10.1	63.435	-
Amortização de principal de debêntures	10.1	(50.000)	-
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		-	53.299
Pagamento de obrigações com partes relacionadas		(3.648)	(94)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		9.787	53.205
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		10.649	(13.599)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		3.748	17.347
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		14.397	3.748
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		10.649	(13.599)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Asa Branca III Energias Renováveis S.A. (Companhia) com sede na Fazenda Progresso, RN 120, Zona Rural, Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte, constituída em 15.10.2010, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. Tem como objeto social a exploração da Central Geradora Eólica EOL Asa Branca III, a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica e a aquisição dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

É constituída de dez unidades geradoras de 2,7 MW, totalizando 27,0 MW de capacidade instalada e 12,5 MW médios de garantia física de energia, localizada no Município de Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte.

Em 09.12.2011, a Companhia firmou Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR na modalidade de disponibilidade de energia elétrica com as distribuidoras participantes do certame. Pelos referidos contratos, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada pelo prazo de 20 anos a contar da data de entrada em operação, ao preço de R\$ 135,40/MWh, data-base abril de 2010, que atualizado pelo IPCA é de R\$ 207,77/MWh.

A entrada em operação comercial da Central Geradora Eólica EOL Asa Branca III foi em setembro de 2015 e a data de vencimento da autorização é 30.05.2046.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (*BR GAAP*), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12.04.2017.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros; e
- NE nº 3.7 - Arrendamentos.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 7 - Imobilizado;
- NE nº 3.3 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NE nº 3.4 - Provisões;
- NE nº 3.5 - Receita não faturada;
- NE nº 3.5 - Operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE; e
- NE nº 3.6 - Imposto de renda e contribuição social diferidos..

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Ativos Financeiros

3.1.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Empréstimos e recebíveis

Ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.

Passivos Financeiros

3.1.3 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização. Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.3.1 Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.

3.4 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja mais provável que sim do que não ocorrer.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.5 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

A Receita não faturada corresponde a estimativa com base nos preços e montantes contratados e a

estimativa na liquidação da energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

3.6 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo “Lucro Presumido”. O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240 no período de 12 meses e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

O imposto de renda e a contribuição social, calculados pelas alíquotas de 15% e de 9%, respectivamente, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF).

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.7 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

3.8 Novas normas que ainda não entraram em vigor

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2016. A Companhia não adotou as IFRS novas de forma antecipada.

As novas normas que podem ter impacto para a Companhia estão mencionadas a seguir:

3.8.1 CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida.

Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

No que tange as modificações relacionadas a contabilização de hedge, a IFRS 9 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge previstos na IAS 39. Por outro lado, esta nova norma traz maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de hedge, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge.

Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

Adicionalmente, como a Companhia não aplicou a contabilização de hedge, a Administração concluiu que não haverá impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras no que tange às alterações da norma sobre este tópico. Com relação às mudanças ao cálculo de *impairment* de instrumentos financeiros, a Companhia está avaliando os eventuais impactos da adoção desta norma.

3.8.2 CPC 47/IFRS 15 - Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Em suma, pelos novos requerimentos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

A IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento, e preliminarmente, avalia que tendem a não ser relevantes em suas demonstrações financeiras.

3.8.3 IFRS 16 - Arrendamentos

Emitida em 13.01.2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A IFRS 16 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2019, sendo permitida sua adoção antecipada desde que as entidades adotem também de forma antecipada a IFRS 15 - Receita de contratos com clientes. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento.

3.8.4 Alterações ao IAS 12 / CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas

Emitidas em 19.01.2016, as alterações ao IAS 12 esclarecem as exigências de reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas em instrumentos de dívida e o método de avaliação da existência de lucros tributáveis futuros prováveis para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, para endereçar a diversidade na prática.

As alterações ao IAS 12 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2017, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 12 tende a não causar impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

3.8.5 Alterações ao IAS 7 / CPC 03 - Iniciativa de divulgação

Emitidas em 29.01.2016, as alterações ao IAS 7 da Iniciativa de Divulgação têm como objetivo que as entidades forneçam divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas responsabilidades decorrentes das atividades de financiamento.

Para tanto, o IASB exige que sejam divulgadas as seguintes variações nos passivos decorrentes de atividades de financiamento: (i) alterações de fluxos de caixa de atividades de financiamento; (ii) variações decorrentes da obtenção ou perda do controle de subsidiárias ou de outros negócios; (iii) efeito de variações cambiais; (iv) variações de valores justos; e (v) outras variações.

O IASB define passivos decorrentes de atividades de financiamento como passivos "para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento". Saliencia também que as novas exigências de divulgação referem-se similarmente às alterações nos ativos financeiros, caso estes atendam à mesma definição. Por último, as alterações indicam que as variações dos passivos decorrentes de atividades de financiamento devem ser divulgadas separadamente das alterações de outros ativos e passivos.

As alterações ao IAS 7 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2017, sendo permitida sua adoção antecipada. Uma vez que as alterações foram divulgadas em um intervalo de tempo menor que um ano antes do período obrigatório de adoção, as entidades ficam desobrigadas de publicação de informações comparativas na adoção inicial das alterações. A Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 7 implicará em alterações na abertura de classificação de valores das demonstrações de fluxo de caixa da companhia para os períodos futuros, sem outros impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

3.8.6 IFRIC 22 - Transações e adiantamentos em moeda estrangeira

Emitida em 08.12.2016, o IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira.

O IFRIC será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia não possui transações em moeda estrangeira. Uma vez que ativos e passivos mensurados ao valor justo estão fora do escopo do IFRIC a Companhia avalia que o IFRIC 22 não causará impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

3.8.7 Alterações ao CPC 28/IAS 40 - Propriedade de investimento

Emitidas em 08.12.2016, as alterações ao IAS 40 esclarecem os requisitos relativos às transferências de ou para propriedades de investimento. As alterações serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia não possui Propriedade de investimento, portanto não haverá impactos destas alterações em suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e bancos conta movimento	48	30
Aplicações financeiras de liquidez imediata	14.349	3.718
	14.397	3.748

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas, entre 100,0% e 100,8% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2016	31.12.2015
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica - faturado	-	884	3.905	4.789	285
Suprimento de energia elétrica - não faturado	1.896	-	-	1.896	4.051
	1.896	884	3.905	6.685	4.336

Os valores vencidos há mais de 90 dias referem-se às operações com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, sem risco de crédito.

6 Títulos e Valores Mobiliários

Corresponde às aplicações financeiras em fundos de investimento de longo prazo mantidas como reserva especial, classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado com rentabilidade de 13,50% a.a.

Os recursos são vinculados às debêntures financiamento mantidas pelas Companhia controladas junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para garantir a operação.

7 Imobilizado

	Saldo em 1º.01.2015	Adições	Depreciação (a)	Transferências	Saldo em 31.12.2015	Adições	Depreciação (a)	Saldo em 31.12.2016
Em serviço								
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	(513)	36.650	36.137	-	(1.539)	34.598
Máquinas e Equipamentos	-	-	(1.319)	94.080	92.761	-	(3.952)	88.809
	-	-	(1.832)	130.730	128.898	-	(5.491)	123.407
Em curso								
Adiantamento a fornecedores (a)	7.405	(5.743)	-	(1.662)	-	82	-	82
Obras em andamento	62.635	68.095	-	(130.730)	-	1.412	-	1.412
	70.040	62.352	-	(132.392)	-	1.494	-	1.494
Total	70.040				128.898			124.901

(a) Taxa média de depreciação de 3,85 % (4,40 % em 2015)

(b) O saldo remanescente foi transferido para o ativo circulante em 2015.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2015 e em 2016.

8 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	31.12.2016	31.12.2015
Entidades sob controle comum		
Ativo não circulante - Copel Brisa Potiguar S.A.(a)	74	-
- Santa Helena Energias Renováveis S.A. (a)	554	-
- Santa Maria Energias Renováveis S.A. (a)	2	-
Passivo circulante - Copel Renováveis S.A. (b)	1.865	1.612
Passivo não circulante - Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. (c)	4	4
- Santa Helena Energias Renováveis S.A. (c)	-	3.650
- Santa Helena Energias Renováveis S.A. (a)	2	-
Controladora - Copel Geração e Transmissão S.A.		
Passivo circulante - Dividendos	76	76
- Devolução de capital	1.868	-

- a) Saldos decorrentes de operações entre entidades sob controle comum, referente a adiantamentos e/ou pagamentos incorridos em 2016, os quais serão ressarcidos em 2017.
- b) Em 2015 e 2016, a Companhia registrou gastos com atividades corporativas concentradas na Copel Renováveis S.A., entidade sob controle comum, referentes a pessoal, materiais, serviços e outros, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes.
- c) Saldos decorrentes de operações entre entidades sob controle comum, referentes aos custos incorridos na fase de construção.

A Companhia não efetuou, no exercício, nenhum pagamento a título de remuneração a seus Administradores e tão pouco tem planos de benefícios de longo prazo.

A Copel Geração e Transmissão é a interveniente garantidora das debêntures emitidas pela Companhia, conforme NE nº 10.

9 Fornecedores

O saldo com fornecedores refere-se a compra de materiais e serviços contratados para a construção do parque eólico.

10 Debêntures

Emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	31.12.2016	31.12.2015	
			inicial	final					
(1) 1ª	10.06.2014	1	-	10.12.2016	DI + Spread 1,45% a.a.	53.000	-	50.408	
(2) 2ª	24.03.2016	192	15.08.2016	15.07.2032	TJLP + 2,02% a.a.	44.456	23.858	-	
(3) 2ª	24.03.2016	192	15.08.2016	15.07.2032	IPCA + 9,87% a.a.	22.741	38.749	-	
							62.607	50.408	
							Circulante	4.253	50.408
							Não circulante	58.354	-

Características

- (1) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476.
- (2) Debêntures simples, 1ª série, não conversíveis em ações, emissão privada.
- (3) Debêntures simples, 2ª série, não conversíveis em ações, emissão privada.

Encargos financeiros

- (1) Juros semestrais - junho e dezembro.
- (2) (3) Juros mensais.

Destinação

- (1) Resgate de notas promissórias e investimento nos parques eólicos.
- (2) (3) Implantação de centrais eólicas e sistemas de transmissão associados.

Garantias

- (1) Fidejussória.
- (2) (3) Real e fidejussória e penhor de ações da Copel Geração e Transmissão.

Interveniente garantidora

- (1) Copel
- (2) (3) Copel Geração e Transmissão S.A

Agente fiduciário

- (1) Pentágono S.A. DTVM.
- (2) (3) Não há.

10.1 Mutação das debêntures

Em 1º.01.2015	53.121
Encargos	7.199
Pagamento - encargos	(9.912)
Em 31.12.2015	50.408
Ingressos	63.435
Encargos	7.633
Amortização - principal	(50.000)
Pagamento - encargos	(8.869)
Em 31.12.2016	62.607

10.2 Vencimento das parcelas de longo prazo

2018	4.001
2019	4.001
2020	4.001
2021	4.001
2022	4.001
Após 2022	38.349
	58.354

10.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

As debêntures foram emitidas com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; e não realizar, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso estejam em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atendam aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures.

Em 31.12.2016, todas as condições foram plenamente atendidas.

Abaixo está apresentado o *covenant* financeiro presente nos contratos de debêntures:

Instrumento Contratual	Indicador Financeiros	Limite
2ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3

11 Capital Social

O capital social integralizado, em 31.12.2016 monta a R\$ 66.474 (R\$ 68.342, em 31.12.2015), composto por 66.474.111 ações ordinárias pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

Em 12.11.2015, a Companhia foi transferida, por aumento de Capital, da Companhia Paranaense de Energia para a Copel Geração e Transmissão S.A.

12 Receita Operacional Líquida

	31.12.2016	31.12.2015
Receita Bruta	19.431	22.923
(-) PIS/Pasep e Cofins	(709)	(837)
Receita Líquida	18.722	22.086

13 Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	31.12.2016	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	31.12.2015
Energia elétrica comprada para revenda	(13)	-	-	(13)	(17.617)	-	(17.617)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.344)	-	-	(1.344)	(1.126)	-	(1.126)
Pessoal e administradores	(430)	(719)	-	(1.149)	-	(1.220)	(1.220)
Planos previdenciário e assistencial	(92)	(123)	-	(215)	-	(144)	(144)
Material	(2)	(22)	-	(24)	-	(18)	(18)
Serviços de terceiros	(252)	(713)	-	(965)	(111)	(281)	(392)
Depreciação e amortização	(5.491)	-	-	(5.491)	(1.832)	-	(1.832)
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	(83)	(83)	-	-	-
Arrendamentos e aluguéis (a)	(13)	(474)	-	(487)	(125)	-	(125)
Outros custos e despesas operacionais	(1)	(407)	-	(408)	-	(720)	(720)
	(7.638)	(2.458)	(83)	(10.179)	(20.811)	(2.383)	(23.194)

- a) A Companhia arrendou terrenos junto a terceiros - partes independentes. Até a entrada em operação a Companhia efetuou pagamentos pré-determinados. Após a entrada em operação passou a pagar o percentual de 1,5% sobre a receita bruta, deduzidos os impostos, taxas e contribuições.

14 Resultado Financeiro

	31.12.2016	31.12.2015
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.365	570
Outras receitas financeiras	441	111
	1.806	681
(-) Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	7.626	2.557
Tarifas bancárias	155	306
Outras despesas financeiras	22	67
	7.803	2.930
Líquido	(5.997)	(2.249)

15 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2016	31.12.2015
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Receitas com venda de energia	19.431	22.923
Efeito de base na recontabilização da receita CCEE	(542)	
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados	670	1.362
(-) IOF	-	(32)
Base de cálculo IRPJ 8%	2.181	3.164
Base de cálculo CSLL 12%	2.937	4.081
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	591	842
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	194	292
Imposto de renda e contribuição social	786	1.134
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Receita financeira provisionada	740	45
Imposto de renda e contribuição social diferidos = 34%	251	15
Reversão de provisão de IRPJ e CS sobre a receita financeira	(15)	(276)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	236	(261)

16 Instrumentos Financeiros

16.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2016		31.12.2015	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	14.397	14.397	3.748	3.748
Empréstimos e recebíveis						
Clientes (a)	5		6.685	6.685	4.336	4.336
Valor justo por meio do resultado						
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	3.140	3.140	-	-
Total dos ativos financeiros			24.222	24.222	8.084	8.084
Passivos Financeiros						
Fornecedores (a)	8		17.440	17.440	17.471	17.471
Debêntures (b)	9		62.607	62.607	50.408	50.408
Total dos passivos financeiros			80.047	80.047	67.879	67.879

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos:

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.12.2016, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima. Líquido do custo financeiro a amortizar.

16.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção do seu patrimônio.

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

16.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e equivalentes de caixa	14.397	3.748
Clientes	6.685	4.336
Títulos e valores mobiliários	3.140	-
	24.222	8.084

A Companhia administra o risco de crédito sobre Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais.

16.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2018, repetem-se os indicadores de 2017 até o horizonte da projeção, exceto o dólar, que acompanha a inflação.

	Juros	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo total
31.12.2016							
Debêntures	NE nº 10	591	1.536	7.344	32.501	60.478	102.450
Fornecedores	-	-	2.467	14.973	-	-	17.440
		591	4.003	22.317	32.501	60.478	119.890
31.12.2015							
Debêntures	NE nº 10	-	-	58.342	-	-	58.342
Fornecedores	-	-	-	17.471	-	-	17.471
		-	-	75.813	-	-	75.813

Em 31.12.2016, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$5.514, decorrentes principalmente do aumento de outras contas a pagar. A Administração, quando da definição do orçamento empresarial para o exercício de 2017, avaliou sua capacidade financeira de curto prazo, e concluiu que o ciclo operacional previsto para 2017 equacionará o capital circulante.

Conforme divulgado na NE nº10.2, a Companhia tem debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

16.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2016 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic - 9,00%, TJPL - 7,50% e IPCA - 4,15%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2017 do Relatório Focus do Bacen de 17.03.2017.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2016	Cenários projetados - dez.2017		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	3.140	283	212	141
		3.140	283	212	141
Passivos financeiros					
Debêntures	Alta TJLP	23.858	(1.789)	(2.238)	(2.684)
Debêntures	Alta IPCA	38.749	(1.608)	(2.011)	(2.414)
		38.749	(1.608)	(2.011)	(2.414)

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2016, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

17 Demandas Judiciais

A Administração, assessorada por seus consultores jurídicos, avalia os processos em que é parte envolvida e constitui provisão para os processos passivos em que a probabilidade de perda é provável. Em 31.12.2016 não existem processos com riscos prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

18 Seguros

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2018	81.478
Garantia de Pagamento - Extremoz (b)	16.11.2017	159
Seguro de Riscos Operacionais (c)	29.12.2017	117.799
Seguro de Responsabilidade Civil Geral (d)	29.12.2017	20.000

a) Responsabilidade Civil para Diretores e Administradores - D&O

Seguro de responsabilidade civil de sociedades comerciais para conselheiros, diretores e administradores D&O - *Directors & Officers*, com abrangência em todo território nacional e no exterior, contratado pela Companhia.

A finalidade do seguro é a cobertura de pagamento dos prejuízos financeiros, honorários advocatícios e despesas processuais decorrentes de reclamação feita contra os segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados dentro dos seus atos regulares de gestão.

Estão cobertos pelo seguro conselheiros, diretores, administradores da Copel e pessoas indicadas pela Copel para ocupar cargos equivalentes nas empresas subsidiárias e controladas.

O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2016, de R\$ 3,2591.

b) Garantia Financeira

Garante as obrigações de pagamento assumidas pela Companhia nos contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT firmados com a Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A. O seguro de garantia contratado possui como avalista a Copel.

c) Riscos Operacionais

Apólice contratada tipo *all risks* (cobertura de todos os riscos legalmente seguráveis) para os equipamentos em operação no Parque Eólico.

d) Responsabilidade Civil

Cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 30 de março de 2016, sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 12 de abril de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Os membros do Conselho Fiscal da NOVA ASA BRANCA III ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Ordinária.

Curitiba, 12 de abril de 2017

JOÃO ALBERTO DA SILVA
Presidente do Conselho

DEONILSON ROLDO
Conselheiro

HEITOR DANTAS FILHO
Conselheiro